

	<p style="text-align: center;">Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo</p>	Fev/2014
		1 de 14
<p>labeca</p>		

GRECO, E.

1991. *Sulle città coloniali dell'Occidente Greco antico*. In: *Les Grecs et l'Occident. Actes du Colloque de la Villa "Kérylos"*. École Française de Rome, 1995. (Collection de L'École Française de Rome 208). Original em italiano.

[tradução: Daniela Bessa Puccini; revisão Labeca.]

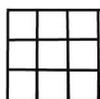
Não é uma novidade que a cidade colonial grega, ou melhor, a tentativa de definir um tipo de *Idealtypus* de cidade colonial, no que concerne à estrutura social e à organização espacial, tenha ocupado um lugar cada vez mais central nos estudos mais recentes.

Se olharmos para o problema do ponto de vista urbanístico, que será a abordagem aqui tratada, se passou da quase total ignorância (e quando esta não podia ser evitada, uma pequena escorregada no sentido de uma mistificante subestima) da tradição dos estudos inaugurada por Von Gerkan, por exemplo, centrada na prioridade do modelo jônico-milésio, às conquistas mais recentes, que, para citar um texto emblemático que fez escola neste campo, foram resumidas nos capítulos sobre as "nouvelles recherches" com as quais Roland Martin renovou o seu célebre livro "L'Urbanisme dans la Grèce antique".

Progressivamente está se consolidando um complexo de "cânones" (às vezes verdadeiros *topoi*) que constituem um tipo de rede de referências, cujas malhas são de tal modo largas que podem conter sejam regras quanto exceções (sem que a "rede" seja colocada em discussão).

Deste modo, do momento em que a cidade colonial representa um capítulo (ou um parágrafo segundo pontos de vista míopes e obtusamente conservadores) de uma "História da Urbanística grega" geral, não seria má ideia fazer algumas observações preliminares a este respeito, sem recorrer, ao menos inicialmente, a definições sutis ou a distinções de áreas específicas: partimos do pressuposto da unicidade do fenômeno *polis* na sua grandíssima variedade de configurações, nas diferentes latitudes; mas insistimos também que não é correto partir da ideia estereotipada de cidade, aquela que nos foi passada das fontes e da arqueologia (a cidade grega de época clássica), para definir o período arcaico em termos de fase preparatória e o período helenístico como decadência ou momento de transmissão da ideia de cidade a outras civilizações.

O que vem a ser formalizado, na história dos estudos sobre a cidade? Uma primeira e fundamental repartição cronológica: antes das guerras persas vs. depois das guerras persas.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		2 de 14

Antes: é o caos, o espontaneísmo, a cidade organizada *katà ton archaion tropon*¹, como diz Aristóteles (*Pol.* 1330 b, 25).

Francamente tenho muita dificuldade em entender o que se quer dizer com “espontaneísmo” e “caoticidade” já que os critérios pré-estabelecidos (que são claramente descritivos, formalistas) não refletem o desenvolvimento político/social correspondente.

Ainda mais difícil é aceitar que o homem arcaico vivia consciente de ser preparatório e experimental no que diz respeito à “perfeição” de época clássica, sonho dos românticos e idealistas, impassíveis galanteadores do “milagre” (embora, ai meu Deus, como seria inútil L. Gernet e os gregos sem milagre!). Parece inacreditável - mas com aquele grande e indiscutível profissionalismo que talvez merecesse sorte melhor - que escolas (de arquitetos, especialmente) retornam (ainda!) a Hipodamos e a arquitetura da democracia (*Demokratie und Arkitektur* é o título das “Atas” de um recente simpósio).

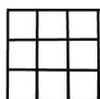
Sim, porque o V século a.C. é o momento das inovações, das grandes transformações, que giram todas ao redor do pobre Hipodamos (que em tantos aspectos não é o culpado), sobre as costas de quem (embora Aristóteles *Pol.* 1267b, 22-30 o descreva como um incurável presunçoso) colocam um peso muito maior do que aquele que ele pretendia carregar.

Hipodamos é o teórico certo, mas também aquele que na realidade material praticamente teria traduzido em termos urbanísticos os conceitos da cidade democrática.

Uma pena que os nossos arquitetos (que talvez sonham, deste modo, como já o fez Wilamovitz, de abster-se das agruras do presente) não tenham aprofundado adequadamente, antes de lançar-se no precipício das suas reconstruções absolutamente fantasiosas, o conceito de democracia na Grécia antiga e não se perguntavam se então devia *a fortiori* existir uma relação entre esquema social (ideal) e sua representação material; pena que tenham lido e citam o grande Asheri sem ter entendido o que o historiador de Jerusalém diz (embora o tom seja propositadamente paradoxal).

Especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, as colônias começaram a figurar na história dos estudos. É verdade, mesmo antes se falava delas; mas a implantação urbana aperfeiçoada de Selinonte, segundo Von Gerkan, *devia* ser sucessivo ao 409 a.C. (data da destruição cartaginesa), *devia* ser aquela da cidade reconstruída, porque não *podia* ser anterior ao V século a.C., senão o esquema do estudioso não se manteria em pé. (Agora todos nós sabemos que a implantação urbana de Selinonte não é posterior à metade do século VI a.C.). Mas finalmente os primeiros dados das escavações confirmaram a arcaicidade

¹ N.T. Do grego, de acordo com um modo, um modelo arcaico.

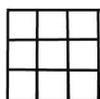
	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		3 de 14

das implantações urbanas das colônias. Aparece, portanto, um novo ponto estabelecido, que dificilmente pode ser colocado em discussão: a cidade colonial surge em áreas vazias ou sem preexistências condicionadoras; é, como se pretende, uma *cidade fundada* que se contrapõe à metrópole, feita de *cidades não fundadas* mas que cresceram por aglutinação (aleatórias e espontâneas), não planificadas (porque são constituídas antes que se desenvolvesse a planificação ou, para ser mais claro, antes que se realizasse a centralização de um poder político que fosse capaz de impor e de fazer respeitar aquela planificação). As reflexões resultantes conduzem naturalmente a uma empresa grega que no momento da fundação da colônia, como nos demonstram as experiências recentes mais esclarecedoras (p. ex. Mégara Hibléia) que já tem suficientemente clara a articulação basilar do espaço nos seus três componentes: *idia*, *hiera*, *demosia khóra*. Os três elementos compõem um quadro da sociedade arcaica do século VIII a.C. - isto significa dizer que, no momento inicial da pólis, de algum modo é determinada, mesmo que em linhas gerais, a definição dos espaços nos quais a cidade viverá a sua história sucessiva com todos os seus conflitos e as suas transformações, mesmo que respeitando, quando acontecimentos destrutivos não tenham determinado mudanças radicais, aqueles que permanecem essencialmente como limites de propriedade.

É suficientemente desenvolvido o nosso conhecimento dos assentamentos gregos da metrópole para observar analogias ou avaliar diferenças entre as organizações sociais e territoriais dos âmbitos de proveniência e aqueles do Ocidente?

A pergunta, para dizer a verdade retórica, é de tempos em tempos reproposta; se dermos uma olhada na situação arqueológica dos sítios a partir dos quais partiram contingentes coloniais que fundaram cidades importantíssimas, a resposta não pode ser senão negativa.

Não sabemos nada da Calcídica, Lefkandi é conhecida especialmente pelas necrópoles, Erétria se desenvolveu depois da fundação das colônias eubóicas (especialmente calcídicas) do Ocidente (Pitecusa, Cumas, Régio, Zancle), não se pode comparar a situação de Corinto com aquela de Siracusa nem a de Esparta com a de Tarento, nem podemos relacionar as cidades ródias e cretenses a Gela e Agrigento; muito pouco se pode dizer de Mégara para compreender Mégara Hibléia e ainda menos Selinonte (exceto, talvez, a topografia dos locais de culto selinuntinos, que parecem ter como modelo aquela da metrópole grega), assim como em relação aos aqueus de Síbaris, Crotona, Metaponto, Poseidônia, Caulônia, cujas respectivas metrópoles Elis, Bura, Ege, Ripe, para nós não são mais do que topônimos.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		4 de 14

O que dizer dos primeiros habitantes de Lócris, que provavelmente eram somente habitantes de pequenas aldeias antes de fundar Epizefiri? Mas, independentemente do nível de conhecimento dos sítios arqueológicos, já podemos apontar para uma primeira conclusão, se levarmos em conta as muitas informações adquiridas recentemente: em relação à metrópole, a cidade colonial representa um modo absolutamente novo de conceber o espaço urbano e a organização territorial; ela se transforma – por meio de dezenas de experiências, todas diferentes umas das outras, mesmo que alguma semelhança entre elas leve alguns a falar em “escola de urbanismo colonial”- em um laboratório colossal do qual surgirá a forma urbana de época clássica.

Observemos agora alguns dos aspectos mais macroscópicos do fenômeno, para não dar um tom axiomático às nossas afirmações.

O modo de habitar dos gregos, se assim podemos dizer, é sem dúvida um dos problemas em que vale a pena fixarmos a nossa atenção. Recentemente M. Brunet concluiu uma radical e contundente revisão crítica do posicionamento sustentado com autoridade por R. Osborne sobre este tema, nas suas diversas publicações. A afirmação que gerou toda a discussão é essencialmente a seguinte: a Grécia Antiga é uma sociedade que vive nas cidades e nas vilas. Para o inglês não há dúvida alguma, esta é uma regra que não admite exceção. As regras, como sempre, são difíceis de se defender quando se tornam categorias rígidas, que muito pouco tem a ver com a história.

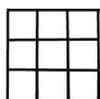
Entretanto, e sem entrar no mérito da polêmica neste aspecto, mesmo reconhecendo o valor de grande parte das observações de Brunet, se deve fazer uma distinção ao menos do ponto de vista cronológico: quando M. Brunet critica Osborne de seguir sem questionamentos Aristóteles (e Finley), não se pode esquecer que o filósofo (posterior a Tucídides, não nos esqueçamos) sublinha que viver *katà komas* é o *archaios tropos* da Hélade.

Visto que a polêmica sobre o “Atenocentrismo” de Osborne se concentra sobretudo em época clássica e helenística (na Ática, em Tasos, em Delos-Renéia etc.), é importante não perder de vista este aspecto; sem dúvida posteriormente ao V século é difícil seguir Osborne.

Mas qual é a situação em época arcaica?

Difícilmente, creio, a forma habitativa consistiu em uma propriedade rural isolada; portanto, na “Pequena Grécia” a vila é o modo tradicional de habitar dos gregos na zona rural, provavelmente da maior parte dos habitantes, ao lado daquela forma emergente, a *ásty*, destinada a se transformar em uma *megalopolis* somente em época clássica.

Na “Grande Grécia”, em vez disso, a situação é, na maioria dos casos (não na totalidade), exatamente o oposto.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		5 de 14

Não no sentido de que a *khóra* colonial fosse coberta de propriedades produtivas rurais desde o início, mas porque, ao invés disso, a cidade colonial nasce como um aglomerado urbano, com a concentração de *toda* a população na cidade, enquanto na *khóra* não existem quase nunca nem unidades produtivas rurais nem vilas; isto significa precocidade, devido a esta exigência habitativa particular, de desenvolvimento dos critérios organizativos do espaço urbano, que fazem da cidade colonial um modelo absolutamente novo e certamente mais avançado em relação à metrópole.

Naturalmente me limito a descrever os aspectos fenomenológicos; outra coisa é compreender as razões de uma escolha que vai em direção oposta à experiência do *komedòn zontes*² do qual os colonos se haviam mudado, ou seja, de onde provinham, sem que se deva recorrer sempre e somente à densidade como garantia de defesa contra os nativos, argumento que também não é completamente subestimado; é evidente que se deve procurar uma explicação integrando mais aspectos atuando ao mesmo tempo, não somente os militares, mas também os relativos às características das culturas agrárias e aos regimes de propriedade.

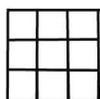
Portanto, desde as origens a comunidade colonial se encontra de frente a uma necessidade de organizar o espaço urbano em torno de diversos elementos constitutivos: santuários, ágora, quarteirões de habitação, necrópoles, e, de novo, *temene* sagrados na zona rural e *kleroi* de propriedade particular de cidadãos; além, obviamente, daquela parte não dividida que podemos imaginar que correspondesse à zonas improdutivas da terra (não sempre e somente aquelas mais distantes) e daquelas mais distantes das habitações (as colinas e as zonas situadas no sopé das montanhas, apropriadas ao pastoreio e à exploração de madeira), especialmente se a distância é medida em relação ao modelo habitativo preestabelecido, que é o urbano. Em todos os casos constatados, a escolha é unívoca: o espaço é dividido com uma série de eixos ortogonais (no caso de Mégara em particular, ver a rica discussão de Vallet e de Villard) que respondem a exigências puramente cadastrais e que conferem à planta aquela forma que desde Castagnoli somos acostumados a chamar “*per strigas*”³. Mas para completar voltamos, sem a pretensão de sermos exaustivos, ao problema da relação com a zona rural, que fornece a principal chave de leitura para compreender a especificidade da urbanística colonial.

Alguns casos, à luz das pesquisas recentes, parecem delinear-se com suas características próprias, específicas.

O primeiro é o de Tarento, sobre o qual alguns anos atrás chamei a atenção, propondo uma tentativa de estudo integrado da cidade e do campo. Descobertas

² N.T. Do grego, o modo de viver em vilas.

³³ N.T. Do italiano, em faixas.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		6 de 14

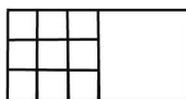
recentíssimas parecem confirmar aquela que vinha se configurando como a implantação habitacional da colônia lacônica na idade arcaica, à luz de um certo número de necrópoles próximas a aglomerados esparsos na *khóra*: em Amastuola, ao lado de Crispiano (ao norte de Tarento), G. Maruggi revelou não somente a necrópole (século VII-VI a.C.), mas, pela primeira vez um grupo de casas amuralhado, indicativo de um centro habitacional grego arcaico em terra colonial. A descoberta (ainda inédita) é de grande importância, por toda uma série de razões arqueológicas e históricas, começando pela raríssima possibilidade de estudar um assentamento grego arcaico; confirma a situação tarentina: uma cidade limitada à ponta da península e a um pedaço da parte mais oriental, enquanto a população da *khóra* vivia em vilas; nos permite perceber um novo e importante elemento, o abandono no fim de época arcaica, para compreender a transformação sucessiva de Tarento naquela megalópole que foi a *apoikia* lacedemônia do século V a.C. em diante.

Menos evidente, mas muito significativo, é o caso sibarita com os seus grandes aglomerados na *khóra* (nas encostas do Timpone della Motta, ao redor do santuário de Atena, e em Amendolara), onde se produzia um outro fenômeno não menos importante e ainda pouco estudado sob este aspecto, que é aquele da integração dos gregos com os indígenas, ou, ao menos, com as elites indígenas que foram acolhidas na pólis.

Assim como não nos esquecemos de situações “específicas” como aquela da *khóra* de Gela, em que a zona rural, situada na planície desocupada, se contrapõe às colinas com ocupação, ainda mais interessante, pela sua raridade, são as propriedades rurais arcaicas, ao menos do quanto se pode saber no estado atual da pesquisa. Propriedades rurais arcaicas foram escavadas e outras ainda estão sendo escavadas por M. Maaskent na *khóra* de Síbaris, nas encostas da Motta; mas não sabemos ainda qual é a densidade das propriedades, isto é, se devemos pensar em núcleos isolados a grande distância ou de um aglomerado feito de casas individuais situadas à pequena distância umas das outras.

Sobre o espaço urbano *stricto sensu*, enquanto a Sicília neste momento fornece as únicas informações relativas à estrutura do quarteirão, com a raríssima possibilidade de estudar tipos de casas coloniais da *bench-house* quadrada de Mégara e Naxos, por exemplo, às casas de Ortígia em Siracusa, às transformações da casa em Mégara durante os séculos VII e VI a.C., ao implantação dos quarteirões de Himera, de Camarina, de Casmene e da Naxos reconstruída, algumas informações novas provêm do estudo dos espaços públicos, especialmente das *agorai*.

Deixando de lado aqui o caso de Mégara H., tantas vezes mencionada com sua pequena ágora (que podemos considerar emblemática quanto à definição

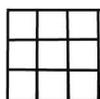
	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		7 de 14

espacial contemporânea à fundação mas que permanece uma praça de uma cidade não grande e com uma vida breve), daquele que se anuncia em Selinonte (onde foi identificada uma grande ágora), em Camarina, em Siracusa (que tinha, em Acradina, uma praça grandíssima, como insiste Cícero, *Verr. IV, 53*), em Crotona, onde a ágora foi identificada recentemente, em Tarento, cuja ágora Estrabão (VI, 3, 1) define como *eumeghetes*⁴, basta aqui prestar a atenção aos três exemplos grandiosos que as escavações recentes nos colocam de frente aos olhos: Agrigento, Metaponto, Poseidônia.

Da ágora de Agrigento não é possível ainda calcular a extensão, mas se o fórum da cidade romana não fica longe do templo de Hércules (Cic., *Verr. 2, 2, 123*) *in media urbs* (Liv. XXVI, 40), e se sobre a colina de San Nicola depois do *ekklesiasterion*, sob o oratório de Faláride, E. De Miro encontrou também o *bouleuterion* e outros edifícios públicos da cidade grega, se pode deduzir que a ágora de Agrigento era imensa, também *eumeghetes*; a ágora de Metaponto não media menos que 8 hectares, depois das grandes escavações de Dinu Adamesteanu e os produtivos estudos de Dieter Mertens; e a de Poseidônia media em torno de 10 hectares, assim como Dinu Theodorescu e os pesquisadores citados anteriormente calcularam, ao final das pesquisas deste último triênio.

Estamos, na verdade, ainda no início da pesquisa, e sabemos da dificuldade e da lentidão para que se possa atingir resultados significativos em um campo no qual o único modo de adquirir informações continua a ser a muito custosa escavação arqueológica. Esta é a razão pela qual, enquanto um certo número de espaços públicos são hoje, depois de mais de vinte anos de pesquisa, suficientemente conhecidos, bem pouco se pode dizer sobre a estrutura urbana relativa às zonas de habitação (especialmente na Magna Grécia, onde a situação menos desfavorável, que é a de Lócris, por exemplo, permite um bom conhecimento da casa helenística) e sobretudo não é ainda possível estudar a relação, mesmo em termos quantitativos, entre espaço público e implantação urbana. Se consideramos o caso de Poseidônia, por exemplo, somando a extensão dos santuários à da ágora, chegamos a mais de 30 hectares sobre os aproximadamente 120 hectares ocupados pela cidade contornada pelos muros; é certo que os muros não são mais antigos do que o IV ou III século a.C., mas não parece, do quanto podemos constatar, que a linha percorrida por estes muros seja muito diferente dos limites que a cidade assumia desde época arcaica. Portanto se trata de uma relação muito significativa que evidencia uma espécie de elemento estrutural na urbanística colonial: a extensão desmesurada dos espaços públicos (frequentemente, como nas colônias aquéias, dipostos de

⁴ N.T. Do grego, de boa grandeza.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		8 de 14

modo concentrado) e a distribuição neste contexto de grandes estruturas arquitetônicas isoladas e distanciadas algumas vezes até centenas de metros umas das outras. O melhor caso conhecido, por sorte em bom estado de conservação e também com alta qualidade dos estudos e dos trabalhos de restauro realizados, é o de Metaponto.

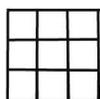
A praça de Metaponto é dominada pela grandeza do edifício circular (conhecido como *ekklesiasterion*, sobre o qual no século IV a.C. será construído o teatro). Ao lado do edifício arcaico, os arqueólogos descobriram um *horos* no qual se lê *Dios agora*. Naturalmente neste caso agora não pode ser nominativo, senão a inscrição soaria de modo muito moderno como um indicador viário; trata-se da pedra que fala “eu sou o *horos* de...”; a esta altura parece absolutamente óbvio pensar que agora é a abreviação de *agoraio*, interpretação que se fez possível, entre outros motivos, pela presença em Metaponto de *horoi* como aqueles de *Zeus Aglaios*.

Na verdade me parece que se deva interpretar a inscrição de outro modo, partindo de algumas considerações: se considerarmos, como Adamesteanu, editor da inscrição metapontina, que o *horos* estabeleça o confin da ágora, nos encontramos frente à situação bizarra de que o *ekklesiasterion* esteja fora da ágora, visto que a praça começa a norte no ponto no qual as pilastras assinalam o limite com o santuário; se interpretamos, em vez disso, “eu sou o *horos* de *Zeus Agoraios*”, o *horos* se relaciona com o altar desta divindade que está ao lado do *ekklesiasterion* que estaria dentro da ágora, se entendemos por esta última palavra toda a grande esplanada.

Mas a inscrição é arcaica e dificilmente podemos pensar que na época o edifício circular metapontino funcionasse como um *ekklesiasterion*, tendo em vista que este termo assume uma relação com a instituição *ekklesia*, bem mais recentemente. Eu creio que devemos levar em consideração o sentido arcaico do termo *ágora*, que significa em primeiro lugar assembléia e depois, local de assembléia (no sentido que assembléia assume em época arcaica). É revelador que Apolodoro, em *Harpocraton* s.v. *Pandemos Aphrodite*, quando, recordando a célebre *agora archaia* dos atenienses que teria precedido aquela do Cerâmico, o mitógrafo explique que naquele tempo as *ekklesiai* se chamavam *agorai*.

Isso para não falar dos testemunhos epigráficos (por exemplo, em Creta), dos quais se deduz muito claramente que ainda em época helenística o termo *agora* era utilizado para indicar seja a assembléia (a função), seja o local.

Então eu suspeito que a inscrição metapontina, se tomada de modo não anacrônico, não se refira à grande esplanada da agora, mas ao edifício circular que era, este mesmo, a ágora; portanto o altar e a inscrição de Zeus Agoraios são colocados em relação com o edifício de assembléia o qual, com o desenvolvimento das *agorai*, se deve identificar com a própria ágora. Mesmo no

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		9 de 14

caso da grandiosa extensão dos espaços públicos, em vez de perguntar-se por que, devemos começar a observar o fenômeno e registrá-lo como uma das mais marcantes características da nova urbanística colonial.

Um passo à frente no campo dos nossos estudos foi dado quando R. Martin, em um célebre artigo, procurou definir os “tipos” de urbanística colonial colocando em relação a forma urbana com a modalidade de exploração do território e as suas atividades econômicas características.

Assim se delineavam a cidade “metapontina” (amplos espaços, vias largas, territórios agrários planos e muito extensos, destinados a serem protegidos com *phrouria*⁵, quando esta particular exigência foi ameaçada pelo desenvolvimento das estratégias militares, portanto não antes do IV século a.C.) e a cidade “focéia” (com a Focéia e as suas colônias: território escasso, mas de qualquer modo não inferior às necessidades de sobrevivência, complexas estruturas portuárias para sustentar a atividade primária – o comércio – espaços estreitos, disposição da cidade sobre terraços).

O mérito extraordinário de Martin é, na minha opinião, ter introduzido a dimensão econômica em um campo de estudos no qual, mesmo que o ponto de referência principal devesse ser o da sociedade que usa o espaço, a abordagem dominante era a da estética urbana; isso explica a atenção negada a tudo o que não seja definido como urbano segundo os cânones modernos, o privilégio concedido à época clássica, a exclusão da história da urbanística de Esparta (que ainda no tempo de Tucídides era composta de vilas e não tinha os monumentos de Atenas e por isso não devia figurar na história da cidade grega!).

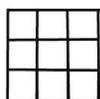
À parte isso, a abordagem de Martin, que continua sendo muito fecunda, especialmente porque não lança mão de forma rígida das categorias enunciadas anteriormente, corre o risco de ser determinista, quando por fim atribui aos colonos da primeira geração, no momento em que estabeleceram o assentamento urbano, escolhas necessariamente coerentes com a longa história que se desenvolveu.

Mas, sobretudo, o perigo maior é o de produzir uma oposição artificial entre cidades agrícolas e cidades comerciais, o que sugere negar o comércio à primeira e a agricultura à segunda.

Me parece que as “Atas” do recente e muito interessante congresso sobre *L’emporion* não cheguem a desconstruir este perigo.

De fato, continuo achando que algumas atividades econômicas teriam constituído *com o tempo* uma estrutura certamente mais evidente do que outra; não julgo correto falar em cidade empórica para contrapor àquelas que não o seriam, mas vejo como mais apropriado falar do espaço, da função, da

⁵ N.T. Do grego, fortes, fortalezas.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		10 de 14

especialização dos *emporía*, que é mais adequado à ideia mesma de *polis*, não se podendo prescindir desta. Assim como a *khóra* é impensável sem a cidade e vice-versa; enfim, a *autarcheia* é só um mito. Determinante no processo de definição da cidade colonial é a disposição do espaço sagrado.

Trata-se do tema que talvez tenha recebido maior atenção por parte dos estudiosos; não volto ao bem conhecido problema dos santuários extra-urbanos, se não para insistir que creio decisivamente na sua função política (à parte o problema insolúvel da hereditariedade e da inovação no que diz respeito à esfera do culto), de elemento de definição do espaço agrário da pólis. Assim como são bem conhecidos os resultados alcançados com o estudo dos cultos políticos, àqueles ligados, por exemplo, ao *heros ktistes*, estabelecidos na ágora, como em Mégara Hibleia e Poseidônia.

Para não falar ainda dos santuários campestres, verdadeiros elementos dominantes da *khóra* arcaica, localizados no cruzamento das principais vias que atravessam os territórios.

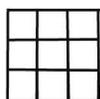
Uma só observação parece ser interessante para concluir este ponto: combinando os diversos dados relativos à forma urbana, à *khóra* e ao espaço agrário, não se pode duvidar do fato que alguns modelos se destaquem claramente: falamos, antes de tudo, do modelo aqueu, exemplificado em Metaponto, Poseidônia (melhor conhecida), mas também em Crotona, enquanto esperamos que Síbaris possa logo entrar nesta lista e assumir o papel que lhe compete. Nestas cidades, o espaço sagrado urbano é colado na ágora; na *khóra* Hera, a deusa-mãe, ocupa o santuário extraurbano e preside os ciclos da fertilidade e da reprodução.

Disposição diversa tem o santuário em outros contextos: o modelo dominante, como bem observou Roland Martin, é o da “ceinture sacrée”, em que os santuários são dispostos de modo a criar uma coroa protetora ao redor do espaço urbano, como ocorre em Gela, em Lócris, em Velia.

Outra é a história de cidades como Tarento e Siracusa, por exemplo, onde as grandes mudanças que acompanham a história dos sítios no século V a.C. (e a este propósito acrescentarei, sem dúvida, também Vélia), que consistem, em sua maioria, de enormes alargamentos da área urbana, acabam por reservar ao santuário o espaço que até pouco tempo antes era quase integralmente ocupado pela cidade arcaica.

Trata-se de problemas de vasta proporção que mereceriam um aprofundamento que não consigo fazer aqui.

Gostaria, ao invés disso, de concluir esta resenha discutindo os problemas da urbanística clássica das colônias gregas no Ocidente, por meio de dois casos que me parecem emblemáticos: Neápolis e Túrio.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		11 de 14

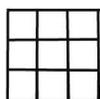
Como todos sabem, a *Cidade Nova* foi fundada nos anos que se sucederam imediatamente à segunda batalha de Cumas (474 a.C.) em um contexto um tanto quanto anômalo; na realidade ocorreu a repartição em dois do território de Cumas, se é verdade que a esta cidade se deve a fundação, com outros *epineia*⁶, também daquele do *Parthenope*, o predecessor de Neápolis, aquela zona da nova cidade que, em seguida a sua fundação, se transformou em *Palaepolis*. Em qualquer caso, os dois sítios são bem distintos; não estamos de frente à oposição “colina sul-colina norte de Olinto”, nem de “Acradina-Neápolis em Siracusa” ou o alargamento a leste de Tarento. Neápolis foi fundada na zona rural de Cumas, próxima do *epineion* de *Parthenope*. Provavelmente sobre a acrópole da nova fundação havia um pequeno santuário campestre (de Deméter?). A implantação urbana, célebre especialmente por ter sido conservada até nós quase que intacta, não é nada de muito excepcional se comparada com a de Poseidônia (no avançado do século VI a.C.) ou, ainda mais, de Naxos reconstruída, que lhe é contemporânea (anos 70 do século V a.C.). Se tudo o que dissermos até agora tem algum valor, na linha tradicional devemos colocar também o grandioso espaço público localizado no centro da cidade, a grande ágora que, com o tempo, dividida em dois setores pela *plateia* média, levará a uma especialização em espaço político - o do alto - e espaço comercial - o de baixo.

Ainda, o evento colonial de Neápolis é “complicado” pela passagem de Estrabão (V, 4, 7) que cita a participação ateniense na fundação, e que acabou tendo (e não poderia ser diferente) as suas repercussões também na história do espaço urbano.

Enfim, visto que se tratava de uma implantação “regular”, “ortogonal”, não podia que ser aquela uma contribuição ateniense em Neápolis; entretanto, como uma contribuição ateniense em termos urbanísticos é impensável antes de Túrio, ao menos na Itália, a conclusão é inevitável: a implantação de Neápolis é posterior à de Túrio. Não importa que se passem trinta anos entre a fundação da primeira e da segunda: os neapolitanos, pacientes por definição, sabem esperar. O que são trinta anos? Neste meio tempo, fazem uma cidade para as necessidades imediatas; e adivinhem como a fazem? Caótica, naturalmente. Depois chegam os atenienses e tudo é colocado em ordem. Não tudo, naturalmente, porque para o caos não tem remédio a não ser derrubando tudo e recomeçando do zero.

Na verdade, a parte não regular da divisão urbana napolitana é a acrópole, o espaço sagrado que foi murado e individualizado, como é óbvio esperar, mas não dividido internamente, porque no santuário não se constroem quarteirões;

⁶ N.T. Do grego, ancoradouros, entrepostos marítimos.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		12 de 14

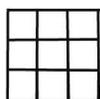
quanto ao resto, insistimos, a repartição é efetuada segundo os modos tradicionais à organização urbana, e que, devido aos numerosos exemplos, nos parece ser a forma mais óbvia de planificação em todo o século VI e a primeira metade do século V a.C. Portanto não vejo a necessidade de datar a implantação de Neápolis na segunda metade do século para explicá-la à luz da experiência de Túrio, porque, além de tudo, está se define em formas absolutamente novas, que até agora não foram, ao meu ver, suficientemente valorizadas.

Túrio (444 a.C.) quer dizer, com muita probabilidade - ousar dizer, com certeza, apesar da fragilidade da documentação literária - Hipodamos de Mileto. Voltamos, entretanto, *illuc unde abimus*, como disse o Poeta, mas não para invocar a igualdade e a democracia, como querem os nossos ilustres colegas alemães, mas para uma série de observações que sejam, espero, de alguma utilidade não ideológica, ou ao menos de uma ideologia menos romântica do que aquela de Hoepfner e Schwandner.

Há muito tempo somos advertidos, para permanecer no *schema* urbano, de que a regularidade da implantação se manifesta de modo diferente: não é, por isso, correto dispor sob um unico expoente todas as implantações ortogonais. Seguramente a época arcaica não parece ter superado a forma “*per strigas*”, enquanto a idade clássica avançada conhecerá somente o tabuleiro do xadrez.

Tive, recentemente, a grande oportunidade de efetuar algumas verificações estratigráficas em Túrio e, sem entrar nos detalhes, posso dizer que nesta cidade encontramos a primeira manifestação no Ocidente do tabuleiro de xadrez como forma de implantação. Obviamente a fundação de Túrio é precedida pela do Pireu, mas talvez somente na Itália existam condições ideais para estudar uma cidade desenhada por Hipodamos.

Ele era o planejador, não o autor da constituição, tarefa que Péricles confiou, como é sabido, a Protágoras de Abdera. Mas Hipodamos traduz na matéria, na forma espacial, os princípios da democracia ateniense; talvez, mas limitadamente e em um momento preciso, brevíssimo, visto que, um decênio depois, em Túrio já não se respirava mais um ar democrático, e não creio que tenham derrubado as casas e refeito as estradas e desenhado uma cidade “oligárquica” para agradar aos arquitetos modernos. Enfim será preciso recomeçar de Túrio (ou voltar, porque há tempos está abandonada) se queremos recuperar, sem perdas, uma das mais extraordinárias e importantes implantações urbanas de plena época clássica.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		13 de 14

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Sobre modelo de cidade grega: E. LEPORE, *La città greca* in P. Rossi (a cura di). *Modelli di città*, Torino, 1987, p. 87-108 e sobre a cidade colonial, *Id. Colonie greche dell'Occidente antico*, Roma, 1989; AA.VV., *La cité antique? À partir de l'oeuvre de M.I. Finley*, in *Opus*, VI-VIII, 1987-1989; para um balanço sobre as pesquisas sobre cidade colonial da Magna Grécia: E. GRECO, *La città* in *Un secolo di ricerche in Magna Grecia. Atti del XXVIII Convegno di studi sulla Magna Grecia – Taranto 1988*, Napoli, 1990, p. 305-328. Historia da urbanística grega: R. Martin, *L'Urbanisme dans la Grèce antique*, 2.ed., Parigi, 1974; E. GRECO e M. TORELLI, *Storia dell'urbanistica. Il mondo greco*, Roma-Bari, 1983; W. HOEPFNER e E.L. SCHWANDNER, *Haus und Stadt im klassischen Griechenland*, Monaco di B., 1986, no qual retomam um tema de pesquisa bastante abordado por eles in AA.VV. *Demokratie und Architektur* (hggb. von W. Schuller, W. Hoepfner, E.L. Schwandner), in *Konstanzer Symp. 1987*, Monaco di B., 1989.

Sobre a relação entre metrópole e colônia, em termos urbanísticos v. R. MARTIN, *L'espace civique, religieux et profane dans les cités grecques de l'archaïsme à l'époque hellénistique*, in *Architecture et société de l'archaïsme grec à la fin de la République romaine*, Roma, 1983, p. 9-41.

Como guia de toda a urbanística grega antiga com volume sobre Megara Hyblaea, v. G. VALLET, F. VILLARD e P. AUBERSON, *Megara Hyblaea. I. Le quartier de l'agora archaïque*, Roma, 1976. O artigo de M. BRUNET, *Campagnes de la Grèce antique. Les dangers du prisme athénien* in *Topoi*, 1992, p. 33-51 (onde se discutem os trabalhos de R. Osborne); observa-se, neste sentido, segundo uma ótica um pouco limitada, a absoluta falta de interesse pela “grecidade” do Ocidente; não é uma novidade, no mais, que muitos estudiosos (do ponto de vista especialmente daqueles das escolas estrangeiras de Atenas) consideram o Ocidente um mundo bárbaro que não tem nada a ver com a Hélade e nada de instrutivo sobre a experiência civil grega.

As passagens a que me referi no texto a propósito da distribuição *kata komas* da população grega em época arcaica são: THUC. I, 10; II, 15 ss. e ARIST. *Pol.* 1305a, 19 ss.

Sobre Taranto v. E. GRECO, *Dal territorio alla città. Lo sviluppo urbano di Taranto*, in *AION ArchStAnt*, 1981, p. 139-157. Sobre Sibaris: E. GRECO, *L'“impero” di Sibari. Bilancio archeologico-topografico*, in *Atti del XXXII Convegno di Taranto*, 1992, Napoli, 1993, p. 459-485. Sobre Agrigento v. AA.VV., *Gli edifici pubblici civili di Agrigento antica* (com bibl. precedente), Agrigento, 1990. Sobre Metaponto, v. D. MERTENS, *Metaponto. Il teatro-ekklesiasterion* in *Bd'A*, 16, 1982, p. 1-60; *Id.*, *Metapont. Ein neuer Plan des Stadtzentrums*, in *AA*, 1985, p.

	Sobre as Cidades Coloniais do Ocidente Grego Antigo	Fev/2014
labeca		14 de 14

645-671. Sobre Poseidonia v. E. GRECO e D. THEODORESCU, *Poseidonia-Paestum. II. L'agora*, Roma, 1983; E. GRECO, *La città e il territorio: problemi di storia topografica* e D. THEODORESCU, *Éléments d'urbanisme et de topographie. État actuel et perspectives*, in *Poseidonia-Paestum. Atti del XXVII Conv. di Taranto 1987*, Napoli, 1992, p. 471-540.

Sobre *Dios agora* em Metaponto v. D. ADAMESTEANU, *Dios agora*, in *ParPass*, 1979, p. 296-312; *SEG XXIX*, 1979, p. 955; F.G. LO PORTO, in *Xenia*, XVI, 1988, p. 15.

O artigo de R. MARTIN, *Rapports entre les structures urbaines et les modes de division et d'exploitation du territoire* está em M.I. FINLEY (a cura di), *Problèmes de la terre en Grèce ancienne*, Parigi-L'Aia, 1973, p. 97-112.

Sobre *emporion*, v. A. BRESSON, e P. ROUILLARD (a cura di), *L'emporion*, Parigi, 1993. Sobre Neapolis v. E. GRECO, *L'impianto urbano di Neapolis greca: aspetti e problemi*, in *Neapolis. Atti del XXV Conv. di Taranto 1985*, Napoli, 1986, p. 187-219.